

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

OBRA: CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM ÁREA DE LAZER NA RUA ARNALDO PEREIRA, NO BAIRRO MALVÃO, AO FUNDO DO INSS.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 determina que o Projeto Básico, instrumento que contempla o conjunto de elementos necessários para caracterizar a obra ou serviço ou complexo de obras e serviços objeto da contratação, seja elaborado com base nas indicações constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP. Tal documento deve assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação, o adequado tratamento dos impactos ambientais do empreendimento, bem como possibilitar a avaliação dos custos, métodos executivos e demais elementos indispensáveis ao planejamento da futura contratação.

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade estabelecer as diretrizes gerais para a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia destinados à construção de praça pública com área de lazer, situada na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, no Município de Santa Maria da Vitória – BA.

A proposta contempla a implantação de espaço público voltado ao lazer, convivência social, recreação e bem-estar da população, visando proporcionar melhores condições de uso coletivo, acessibilidade, integração urbana e valorização do espaço público. A intervenção contribuirá para o desenvolvimento urbano local, promovendo melhorias na qualidade de vida dos moradores e fortalecendo os aspectos sociais, culturais e paisagísticos da região.

O objetivo principal deste estudo é viabilizar a contratação do objeto demandado pela Administração Pública, em conformidade com a legislação vigente, assegurando a adequada instrução do processo licitatório e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Além disso, busca-se atender aos princípios das licitações sustentáveis, promovendo a adoção de soluções que observem critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, especialmente quanto à utilização racional de recursos, acessibilidade universal, segurança dos usuários e durabilidade dos equipamentos e estruturas a serem implantados.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 Objeto

Contratação de empresa especializada de engenharia para a execução de obra de engenharia destinada à construção de praça pública com área de lazer, localizada na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, no Município de Santa Maria da Vitória – BA.

A intervenção contempla a execução de serviços de infraestrutura urbana e paisagismo, incluindo movimentação de terra, pavimentação, instalação de meio-fio, pisos intertravados, acessibilidade, iluminação pública, implantação de equipamentos urbanos, áreas de convivência, paisagismo e demais serviços complementares necessários à plena execução da obra.

O empreendimento será executado na sede do Município de Santa Maria da Vitória – BA, em área destinada ao uso coletivo e lazer público, visando proporcionar melhores condições de convivência social, recreação, acessibilidade, segurança e valorização urbanística da região atendida.

2.2 CRITERIOS DE SUSTENTABILIDADE

Para a contratação de empresa especializada visando à execução das obras de construção de praça pública com área de lazer no Município de Santa Maria da Vitória – BA, é fundamental a inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental tanto no processo licitatório quanto na execução contratual. Dessa forma, apresentam-se a seguir os aspectos e diretrizes que deverão ser incorporados ao edital e ao contrato, com o objetivo de assegurar a adoção de práticas sustentáveis, a redução dos impactos ambientais e a promoção do desenvolvimento sustentável:

- **GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL:** Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução da obra, mediante elaboração e implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), observando a separação, acondicionamento, transporte e descarte em locais devidamente licenciados.
- **USO RACIONAL DE RECURSOS NATURAIS:** Adotar práticas que promovam o uso eficiente de materiais de construção, água e energia elétrica, evitando desperdícios durante todas as etapas executivas da obra.
- **CONTROLE DE EMISSÕES, POEIRAS E RUÍDOS:** Implementar medidas mitigadoras para minimizar a emissão de poeira, resíduos particulados e ruídos provenientes da movimentação de terra, transporte de materiais e operação de equipamentos, incluindo umectação de superfícies e manutenção preventiva de máquinas.

- **DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS:** Executar soluções adequadas de drenagem superficial, garantindo o correto escoamento das águas pluviais, prevenindo erosões, alagamentos e danos às áreas adjacentes.
- **UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS SUSTENTÁVEIS:** Sempre que tecnicamente viável, priorizar a utilização de materiais recicláveis, reutilizáveis e de maior durabilidade, bem como equipamentos com menor impacto ambiental e maior eficiência energética.
- **PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO:** Priorizar a implantação de áreas verdes e arborização compatíveis com as condições climáticas locais, contribuindo para o conforto térmico, melhoria paisagística e equilíbrio ambiental do espaço urbano.
- **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL:** Garantir que os espaços públicos sejam executados em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes, assegurando condições adequadas de uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:** Priorizar, sempre que possível, a utilização de sistemas de iluminação pública com tecnologia LED ou soluções equivalentes de menor consumo energético e maior durabilidade.

2.3. ESTUDO DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS:

Foram analisadas alternativas técnicas para atendimento da necessidade pública identificada:

- a) Manutenção da área sem intervenção pública: alternativa descartada em razão da permanência das condições de degradação urbana, ausência de espaço adequado de lazer e permanência de riscos relacionados à utilização irregular da área.
- b) Implantação parcial de urbanização: alternativa considerada insuficiente, por não contemplar integralmente os equipamentos urbanos, acessibilidade, iluminação pública e áreas de convivência necessárias ao atendimento da população.
- c) Execução integral da praça pública com equipamentos de lazer, paisagismo, acessibilidade e infraestrutura urbana: alternativa considerada mais vantajosa técnica e economicamente, por promover solução definitiva de urbanização, valorização do espaço público, melhoria da mobilidade local, integração social e qualidade de vida da população.

Assim, conclui-se que a solução escolhida representa a alternativa mais adequada ao interesse público.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de implantação de equipamento público urbano destinado ao lazer, convivência social, acessibilidade e valorização urbanística da região do Bairro Malvão, no Município de Santa Maria da Vitória – BA.

A área atualmente apresenta ausência de infraestrutura adequada para utilização coletiva, com trechos de solo exposto, carência de urbanização e inexistência de equipamentos públicos voltados ao lazer e integração comunitária, conforme demonstrado no relatório fotográfico anexo.

A intervenção proposta contempla a implantação de praça pública com áreas de convivência, pavimentação, paisagismo, iluminação pública, acessibilidade, mobiliário urbano e equipamentos de lazer, proporcionando melhores condições de uso do espaço público pela população.

A execução da obra contribuirá para:

- melhoria das condições de lazer e convivência social;
- valorização urbanística da área;
- ampliação da acessibilidade e mobilidade de pedestres;
- fortalecimento da utilização adequada dos espaços públicos;
- melhoria das condições ambientais e paisagísticas locais.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para promoção do desenvolvimento urbano sustentável e melhoria da qualidade de vida da população local.

3.1. MODELO DE CONTRATAÇÃO

A contratação deverá ocorrer mediante procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O regime de execução adotado será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, considerando tratar-se de obra com projetos, quantitativos e especificações suficientemente definidos.

O critério de julgamento será o MENOR PREÇO GLOBAL, observando-se a exequibilidade das propostas, capacidade técnica da contratada e atendimento integral às exigências do edital.

3.2. JUSTIFICATIVA DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de empreitada por preço global mostra-se tecnicamente adequado em razão da existência de projeto básico/executivo completo, planilhas orçamentárias detalhadas, cronograma físico-financeiro e quantitativos previamente definidos.

Tal regime proporciona maior previsibilidade contratual, controle de custos, eficiência na fiscalização e mitigação de riscos relacionados a aditivos decorrentes de falhas de planejamento.

4. SETOR REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Obra do município de Santa Maria da Vitória.

5. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento do Município de Santa Maria da Vitória – BA, especialmente ao Plano Plurianual (PPA) vigente e à Lei Orçamentária Anual (LOA), que contemplam ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, requalificação de espaços públicos e promoção do bem-estar social da população.

A execução das obras de construção de praça pública com área de lazer na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, está em consonância com as diretrizes estratégicas da Administração Pública Municipal, visando à valorização dos espaços urbanos, ampliação das áreas destinadas ao lazer e convivência social, bem como à melhoria das condições de acessibilidade, segurança e qualidade de vida da população.

A intervenção proposta atende às demandas da comunidade local por equipamentos públicos adequados, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de urbanização, inclusão social e desenvolvimento urbano sustentável.

Dessa forma, a contratação pretendida contribui diretamente para o cumprimento das metas e ações estabelecidas no planejamento governamental do Município, assegurando maior efetividade na aplicação dos recursos públicos e promovendo benefícios sociais, urbanísticos e ambientais à coletividade.

A contratação encontra-se compatível com o Plano de Contratações Anual (PCA) do Município, quando aplicável.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a) A contratação dar-se-á por meio de licitação, do tipo menor preço global, para execução das obras de construção de praça pública com área de lazer na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, no Município de Santa Maria da Vitória – BA.
- b) A empresa a ser contratada deverá possuir experiência comprovada na execução de obras compatíveis com o objeto da contratação, especialmente em serviços de urbanização, pavimentação, implantação de equipamentos urbanos, paisagismo, iluminação pública e demais serviços correlatos, mediante apresentação de Atestados de Capacidade Técnica registrados no órgão competente.

- c) A empresa licitante deverá estar devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme o caso. Na data prevista para entrega da proposta, deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação, comprovando sua regularidade junto ao respectivo conselho profissional.
- d) A comprovação da capacidade técnico-profissional deverá ocorrer por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), expedido pelo CAU da região pertinente, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, demonstrando experiência na execução de serviços de maior relevância técnica e valor significativo, devidamente registrados por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).
- e) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante na data prevista para entrega da proposta, considerando-se como tal: sócio, administrador, diretor, empregado com vínculo trabalhista comprovado, ou prestador de serviços mediante contrato formal ou declaração de compromisso de vinculação futura em caso de êxito no certame.
- f) Os profissionais integrantes da equipe técnica deverão ser os mesmos que irão assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços, mediante emissão das respectivas ARTs ou RRTs.
- g) Os atestados de capacidade técnico-profissional, bem como as ARTs, CATs ou RRTs, deverão estar devidamente registrados no conselho profissional competente da região onde os serviços foram executados, comprovando que os responsáveis técnicos da licitante possuem experiência em obras similares, compatíveis em características, complexidade e porte ao objeto da contratação, especialmente em serviços de urbanização, construção de praças públicas, pavimentação, paisagismo, iluminação pública e acessibilidade.
- h) A licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
- Planilha orçamentária sintética contendo preços unitários, quantitativos e valores totais dos serviços, com especificação dos insumos e demais elementos necessários à composição da proposta;
 - Planilha de composição analítica de preços unitários;
 - Composição detalhada do BDI, contendo todos os seus componentes em valores nominais e percentuais, bem como os encargos sociais aplicáveis;
 - Cronograma físico-financeiro compatível com as etapas, prazos e condições estabelecidas no Projeto Básico, devidamente ajustado à proposta apresentada;

- Declaração de que dispõe ou disporá de máquinas, equipamentos, ferramentas e equipe técnica necessários à adequada execução dos serviços;
- Declaração de pleno conhecimento das condições locais de execução da obra e das especificações técnicas constantes nos documentos do certame.

i) A contratada deverá cumprir todas as normas técnicas, ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis à execução da obra, incluindo o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) aos trabalhadores envolvidos na execução dos serviços.

j) A obra deverá observar integralmente as normas de acessibilidade vigentes, especialmente aquelas relacionadas à circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo condições adequadas de utilização do espaço público por toda a população.

1) DA INVERSÃO DE FASES – HABILITAÇÃO

A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da NLLC, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTE CERTAME.

A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto.

Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço global o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A contratação em questão deverá ser realizada por meio de processo licitatório de ampla concorrência, considerando a existência de diversas empresas de engenharia no mercado nacional, regional e local aptas à execução de obras de urbanização, construção de praças públicas, pavimentação, paisagismo, iluminação pública e implantação de equipamentos urbanos, sob o regime de empreitada por preço global. Tal procedimento proporciona vantagens à Administração Pública, assegurando a observância dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade e transparência.

Para subsidiar a contratação, foi elaborada planilha orçamentária detalhada, acompanhada do respectivo memorial de cálculo, contemplando a discriminação dos custos unitários estimados de todos

os materiais e serviços necessários à execução da obra, bem como o Projeto Básico e demais peças técnicas pertinentes.

Ressalta-se que a composição dos custos da planilha orçamentária tem como referência as tabelas oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e do Sistema de Orçamentos de Obras de Sergipe (ORSE), atendendo aos parâmetros estabelecidos pelo Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, bem como às orientações dos órgãos de controle externo, especialmente no que se refere à elaboração de orçamentos de obras públicas.

Destaca-se ainda que o mercado dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional compatível com o objeto da contratação, incluindo disponibilidade de mão de obra especializada, equipamentos e estrutura operacional adequados para execução de serviços de urbanização, pavimentação, paisagismo, instalação de iluminação pública, mobiliário urbano e demais serviços necessários à implantação da praça pública.

Dessa forma, verifica-se a viabilidade da contratação pretendida, havendo ampla disponibilidade de fornecedores aptos à participação no certame, garantindo competitividade e condições favoráveis à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os quantitativos dos serviços relacionados ao objeto da contratação foram obtidos a partir dos projetos técnicos e das respectivas planilhas orçamentárias, integrantes do Projeto Básico.

Tais quantitativos foram definidos com base em critérios técnicos, considerando as especificações dos projetos, levantamentos realizados e diretrizes estabelecidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), garantindo a adequada estimativa dos serviços necessários à execução da obra.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é compatível com os quantitativos levantados a partir dos projetos de engenharia e com os custos referenciais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), conforme disposto no Decreto Federal nº 7.983/2013.

Os itens não contemplados no sistema de referência principal, em menor proporção, foram obtidos por meio de outras bases de dados oficiais e reconhecidas, tais como ORSE, SBC, SEINFRA, IOPES,

CPOS/CDHU e EMOP, observando-se os critérios técnicos e parâmetros aplicáveis à elaboração de orçamentos de obras públicas.

O valor estimado da contratação é de aproximadamente R\$ 1.484.667,06 (um milhão, **quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e seis centavos**), conforme planilhas orçamentárias elaboradas com base nas tabelas oficiais SINAPI e ORSE vigentes à época da elaboração do orçamento..

A estimativa contempla todos os serviços necessários à execução da obra, incluindo infraestrutura, urbanização, pavimentação, acessibilidade, paisagismo, iluminação pública, implantação de equipamentos urbanos, mobiliário urbano e demais serviços complementares previstos no projeto.

Para o custeio da referida obra, o Município buscará a celebração de convênio junto à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, visando à viabilização dos recursos necessários para execução da intervenção proposta.

9.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

As medições deverão ocorrer conforme evolução físico-financeira da obra, observando os quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização.

Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de boletim de medição, relatório fotográfico, diário de obra, notas fiscais e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

9.2. JUSTIFICATIVA DO BDI

O BDI adotado foi calculado observando parâmetros compatíveis com obras públicas de infraestrutura urbana, considerando tributos, riscos, despesas indiretas, administração central e lucro operacional, em conformidade com orientações do TCU e referenciais técnicos aplicáveis.

10. VIABILIDADE ECONÔMICA DA CONTRATAÇÃO

A viabilidade econômica da contratação foi demonstrada mediante elaboração de orçamento estimativo com utilização prioritária das tabelas oficiais SINAPI e ORSE, conforme planilhas orçamentárias anexas. As composições próprias utilizadas foram devidamente justificadas tecnicamente, contendo memória de cálculo e compatibilidade com os preços praticados no mercado.

O orçamento estimado mostra-se compatível com os preços de referência da Administração Pública, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação de empresa especializada para execução das obras de construção de praça pública com área de lazer na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, no Município de Santa Maria da Vitória – BA, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), a partir dos seguintes requisitos:

a) Definição da área de intervenção: área localizada na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, na sede do Município de Santa Maria da Vitória – BA;

b) Definição dos serviços a serem executados: após levantamentos técnicos, verificou-se que os serviços a serem contratados compreendem, em síntese:

- Serviços preliminares e mobilização de canteiro;
- Limpeza e preparação do terreno;
- Movimentação de terra e regularização da área;
- Execução de pavimentação e pisos intertravados;
- Implantação de meio-fio e acessibilidade;
- Execução de drenagem superficial;
- Instalação de iluminação pública;
- Implantação de paisagismo e arborização;
- Instalação de mobiliário urbano;
- Implantação de equipamentos de lazer e convivência;
- Serviços complementares e acabamento;
- Limpeza final da obra.

c) A metodologia executiva deverá ser adotada obrigatoriamente em conformidade com as normas técnicas vigentes. Para cada serviço, a mão de obra e os materiais utilizados deverão atender aos padrões de qualidade e desempenho exigidos pelas normas aplicáveis. Os métodos construtivos possuirão responsabilidade técnica atribuída a profissionais habilitados, devidamente registrados no conselho profissional competente. As especificações técnicas estarão detalhadas no Projeto Básico elaborado pela equipe técnica do Município;

d) O prazo estimado para execução da obra será de 210 (duzentos e dez) dias, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) As unidades de medida para quantificação dos serviços e a definição dos preços unitários estarão explicitadas na planilha orçamentária, cujos quantitativos foram obtidos mediante levantamentos técnicos compatíveis com as necessidades da obra;

- f) Será facultada à contratada a realização de visita técnica ao local da obra, visando ao conhecimento das condições existentes, acessos, logística de execução e demais fatores que possam interferir no desenvolvimento dos serviços;
- g) A execução da obra deverá observar integralmente as normas de acessibilidade, segurança e sustentabilidade ambiental, garantindo condições adequadas de utilização do espaço público por toda a população;
- h) A solução proposta contempla a implantação de infraestrutura urbana voltada ao lazer, convivência social e valorização urbanística da área, proporcionando à população um espaço público adequado, seguro, acessível e funcional.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO ANTES DE CELEBRAR O CONTRATO

Embora a Secretaria Municipal de Obras disponha de servidores com capacidade técnica para gestão e fiscalização contratual, recomenda-se a capacitação contínua dos agentes públicos que atuarão na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, visando maior eficiência, controle e conformidade com a legislação vigente.

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

- Definir formalmente os servidores que irão compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato, mediante designação por ato administrativo próprio;
- Indicar fiscal técnico, fiscal administrativo e, quando necessário, fiscal setorial, devidamente capacitados e com atribuições claramente definidas;
- Promover a capacitação dos servidores envolvidos na gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto às normas aplicáveis à execução de obras públicas, acessibilidade, segurança do trabalho e à Lei Federal nº 14.133/2021;
- Garantir a disponibilidade de todos os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos necessários à correta execução e fiscalização da obra;
- Estabelecer rotinas de acompanhamento e controle da execução contratual, incluindo medições, relatórios técnicos, diário de obra, registros fotográficos e emissão de pareceres técnicos quando necessários;
- Assegurar o acompanhamento rigoroso das etapas previstas no Projeto Básico, garantindo que a execução dos serviços ocorra em conformidade com as especificações técnicas, normas de acessibilidade, padrões de qualidade e prazos estabelecidos;

- Verificar previamente as condições da área de intervenção, incluindo aspectos relacionados à infraestrutura existente, acessibilidade, drenagem e condições de implantação dos equipamentos previstos no projeto;
- Garantir a emissão das ordens de serviço e demais autorizações necessárias para início da execução contratual, observando os requisitos legais e administrativos aplicáveis.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais correspondem às alterações no meio ambiente decorrentes das atividades humanas, podendo ser classificados como positivos ou negativos. Os impactos negativos ocorrem quando tais alterações geram riscos ao meio ambiente ou à saúde humana, enquanto os impactos positivos estão relacionados à melhoria das condições ambientais, urbanísticas e sociais.

No contexto da presente contratação, que trata da execução de obras de construção de praça pública com área de lazer, destacam-se os seguintes aspectos:

Impactos positivos:

- Criação de espaço público destinado ao lazer, convivência social e recreação da população;
- Melhoria das condições urbanísticas e paisagísticas da área atendida;
- Valorização do entorno urbano e dos imóveis adjacentes;
- Ampliação das áreas verdes e melhoria do conforto térmico local por meio da arborização e paisagismo;
- Incentivo à utilização adequada dos espaços públicos e fortalecimento da convivência comunitária;
- Melhoria das condições de acessibilidade e circulação de pedestres;
- Contribuição para a qualidade de vida, bem-estar social e desenvolvimento urbano sustentável.

Possíveis impactos negativos:

- Geração de resíduos da construção civil durante a execução da obra;

- Emissão temporária de poeira, ruídos e material particulado decorrentes da movimentação de terra, transporte de materiais e operação de equipamentos;
- Possíveis interferências temporárias no tráfego local e na circulação de pedestres durante a execução dos serviços;
- Consumo de recursos naturais, como água, energia elétrica e materiais de construção.

Medidas mitigadoras:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, conforme legislação vigente e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
- Adoção de medidas de controle de poeira e ruídos, incluindo umectação de superfícies e manutenção preventiva de equipamentos;
- Organização e sinalização adequada da área de obra, visando minimizar transtornos à população;
- Utilização racional de recursos naturais e priorização, sempre que possível, de materiais sustentáveis e de maior durabilidade;
- Implantação de arborização e paisagismo compatíveis com as condições climáticas locais.

Dessa forma, conclui-se que os benefícios sociais, urbanísticos e ambientais decorrentes da implantação da praça pública superam os impactos ambientais temporários gerados durante a execução da obra, especialmente diante da adoção das medidas mitigadoras previstas.

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução das obras de construção de praça pública com área de lazer na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, no Município de Santa Maria da Vitória – BA, visa proporcionar melhores condições de lazer, convivência social, acessibilidade e utilização dos espaços públicos pela população.

Espera-se, com a intervenção, criar um ambiente urbano adequado para recreação, integração comunitária e realização de atividades ao ar livre, promovendo maior conforto, segurança e bem-estar aos moradores e usuários da área.

Adicionalmente, busca-se valorizar urbanisticamente a região atendida, ampliar os espaços públicos destinados ao convívio social, incentivar práticas de lazer e melhorar as condições paisagísticas e ambientais do entorno.

Entre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

- Implantação de espaço público adequado para lazer e convivência social;

- Melhoria das condições de acessibilidade e circulação de pedestres;
- Valorização urbanística e paisagística da área atendida;
- Ampliação da infraestrutura urbana destinada ao uso coletivo;
- Promoção da integração comunitária e fortalecimento da convivência social;
- Melhoria das condições ambientais e do conforto térmico local por meio da arborização e paisagismo;
- Aumento da segurança e organização do espaço público;
- Contribuição para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população.

Dessa forma, a implantação da praça pública contribuirá diretamente para o desenvolvimento urbano sustentável do Município de Santa Maria da Vitória – BA, promovendo benefícios sociais, urbanísticos e ambientais à coletividade.

16. MAPEAMENTO DE RISCO

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
Justificativa incompleta na formalização da demanda (DFD)	Baixa	Baixo	Verificar se o objeto está devidamente justificado e especificado	Revisão dos atos e correção tempestiva
Não atendimento ao parecer jurídico sem justificativa	Baixa	Baixo	Revisão das minutas após parecer jurídico	Correção dos atos ou justificativa formal
Questionamentos excessivos na licitação	Baixa	Baixo	Clareza e objetividade no edital	Republicação com ajustes
Licitação deserta ou fracassada	Baixa	Médio	Exigências compatíveis com o mercado	Republicação do edital
Recusa em assinar contrato	Baixa	Alto	Previsão de penalidades	Convocar o próximo colocado

				ou realizar nova licitação
Incapacidade técnica da empresa	Baixa	Alto	Exigir atestados de capacidade técnica e CAT	Aplicação de sanções e eventual rescisão contratual
Insuficiência financeira da contratada	Média	Alto	Exigir qualificação econômico-financeira	Nova contratação conforme legislação vigente
Falência da empresa contratada	Baixa	Alto	Exigir garantias contratuais e análise financeira	Rescisão contratual e nova contratação
Materiais de baixa qualidade	Média	Alto	Controle tecnológico e fiscalização dos materiais empregados	Rejeição dos materiais e aplicação de sanções
Preços inexequíveis	Média	Alto	Análise detalhada da composição de custos	Desclassificação da proposta
Empresa sem capacidade operacional	Baixa	Alto	Avaliação técnica e operacional da licitante	Rescisão contratual e nova licitação
Problemas na execução da pavimentação e pisos	Média	Médio	Fiscalização permanente e controle de execução	Correções técnicas e readequação dos serviços
Falhas na drenagem superficial	Média	Alto	Compatibilização de projetos e fiscalização técnica	Correções e adequações executivas
Interferência na circulação de pedestres e entorno	Média	Médio	Planejamento da execução por etapas e sinalização adequada	Ajustes operacionais e isolamento temporário de áreas
Atraso na execução da obra	Média	Alto	Acompanhamento do cronograma físico-financeiro	Aplicação de penalidades e reprogramação da obra
Condições climáticas adversas	Média	Médio	Planejamento executivo compatível com períodos sazonais	Ajuste no cronograma de execução
Danos ao mobiliário urbano ou equipamentos instalados	Baixa	Médio	Fiscalização e controle de qualidade na instalação	Substituição ou reparo dos itens danificados

Não atendimento às normas de acessibilidade	Baixa	Alto	Compatibilização do projeto com normas técnicas vigentes	Correção imediata dos serviços executados
Falhas na iluminação pública	Média	Médio	Verificação técnica e testes operacionais	Correção das instalações e substituição de equipamentos
Danos ambientais durante a execução da obra	Baixa	Médio	Implementação do PGRCC e medidas mitigadoras	Correção ambiental e destinação adequada dos resíduos

17. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO”

O objeto não será parcelado, considerando que a execução integrada dos serviços proporciona maior eficiência técnica, compatibilidade executiva, padronização construtiva e economicidade administrativa.

O parcelamento da obra poderia gerar incompatibilidades técnicas entre etapas executivas, aumento dos custos administrativos e dificuldades de fiscalização contratual.

18. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, evidenciou-se que a contratação de empresa especializada para execução das obras de construção de praça pública com área de lazer na Rua Arnaldo Pereira, Bairro Malvão, ao fundo da sede do INSS, no Município de Santa Maria da Vitória – BA, é tecnicamente viável e necessária.

A referida intervenção proporcionará melhorias significativas na infraestrutura urbana local, promovendo a criação de espaço público adequado para lazer, convivência social, recreação e integração comunitária, além de contribuir para a valorização urbanística e paisagística da região atendida.

Adicionalmente, a execução da obra garantirá melhores condições de acessibilidade, segurança e utilização do espaço público pela população, atendendo às normas técnicas vigentes aplicáveis à urbanização, acessibilidade, paisagismo e implantação de equipamentos urbanos.

A implantação da praça pública contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população, fortalecimento da convivência social, incentivo ao uso adequado dos espaços públicos e promoção do desenvolvimento urbano sustentável do Município de Santa Maria da Vitória – BA.

Dessa forma, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e administrativa da contratação pretendida, considerando os benefícios sociais, urbanísticos e ambientais decorrentes da execução da obra, bem como a compatibilidade da solução proposta com o interesse público e com os instrumentos de planejamento municipal.

Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida.

Sem mais para o momento, é o que nos cabe concluir.

Santa Maria da Vitória – BA, 15 de maio de 2026.

Caio Oliveira Almeida Santos
Eng. CREA 3000092282 BA
Coordenador de Serviços Públicos

Erick Ian Nunes de Queiroz Lopes
Eng. CREA 052083233-7
Coordenador de Construções

Raiane Carvalho Socorro
Eng. CREA 3000083125 BA
Coordenadora de engenharia civil